

## PERCEPÇÕES DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL DO MINHO (PORTUGAL): O Exemplo que Vem D'além Mar<sup>1</sup>

### MINHO'S RURAL SPACE TOURISM PERCEPTIONS (PORTUGAL): An Example that Comes from to Sea

Prof. MS. Leomar Tiradentes<sup>2</sup>

Prof. Dr. João Sarmiento<sup>3</sup>

Prof. Dr Rosselvelt José Santos<sup>4</sup>

#### RESUMO

O presente artigo aborda uma análise preliminar do Turismo no Espaço Rural (TER) no Minho, uma importante região ao norte de Portugal e berço da origem portuguesa enquanto nação. O Minho configura-se por sua natureza exuberante e pelas intensas atividades culturais, onde o cultivo da uva se faz presente como a principal atividade econômica e que vem passando por constantes crises na produção, comprometendo a economia local. A metodologia utilizada baseou-se numa pesquisa empírica, de caráter qualitativo, através de levantamento bibliográfico e de trabalho de campo, por meio de entrevistas com quinze proprietários rurais envolvidos com o turismo em suas propriedades, sendo dez em Ponte de Lima e cinco em Guimarães. O objetivo era conhecer a Região do Minho e sua dinâmica do Turismo no Espaço Rural, bem como as percepções de alguns proprietários rurais sobre o turismo, em suas fazendas. Conclui-se que as propriedades rurais envolvidas com o TER vêm experimentando mudanças em suas práticas turísticas, que são fortemente influenciadas por hábitos e costumes familiares tradicionais e que representam um retorno ao estilo de vida rural vivenciado pelos seus antepassados, uma vez que grande parte dessas propriedades rurais ainda preservam suas características originais.

**Palavras-chave:** Turismo no Espaço Rural; Minho; Propriedades Rurais.

---

<sup>1</sup> O presente texto é parte da tese de doutorado a ser defendida junto à Universidade Federal de Uberlândia, em Março de 2009.

<sup>2</sup> Professor MS do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, Bolsita CAPES. Email: leotiradentes@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Prof. Dr. do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Minho, Portugal. Email: j.sarmiento@uminho.pt.

<sup>4</sup> Prof. Dr. do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia e Coordenador do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo. Email: rosselvelt@ufu.br.

## ABSTRACT

This article shows a preliminary evaluation of the Agricultural Space Tourism (AST) at Minho, an important region in the North of Portugal and considered the Portugal's nation origin. The Minho's region has an exuberant nature and intense cultural activities. The grape cultivate is the first economical activity and becomes declining its production, what makes damage to the local economy. This article's methodology was based in an empiric and qualitative research, that used bibliographical survey, local usits, interviews with ten agricultural proprietors in Ponte de Lima and five in Guimarães, that were directly involved with tourism in its proprieties. The purpose was knowing Minho's region, how the AST, works on it and how these proprietors think and act about this kind of tourism on its farms. It was conclude that properties involved with AST are dealing with changes on its touristic practicals, that are strongly influenced by traditional habits and familiar customs. These indicates a return to the country way of live wich was lived by its ancestors, because mostly of these properties still remain its original characteristics.

**Key-Words:** Rural Tourism; Minho; Agricultural Proprieties.

## INTRODUÇÃO

O turismo no espaço rural é um tema que há anos domina as pesquisas e discussões nos meios acadêmicos de várias instituições internacionais. Pode-se dizer que esse turismo surgiu, inicialmente, nos países europeus e foi-se espalhando lenta e progressivamente pelo velho continente estendendo-se, posteriormente, para o resto do mundo. Portugal, o mais ocidental dos países europeus, também recebeu esse tipo turístico, embora tardiamente, resultado de um privilegismo do turismo termal e do turismo de sol e mar.

As discussões acadêmicas sobre o turismo, nesse país, se fazem presentes em várias instituições, destacando-se as Universidades de Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro e Minho, que contam com grupos de estudos e pesquisas destinados ao turismo.

O motivo de se estudar o turismo no espaço rural de Portugal foi, num primeiro momento, a necessidade de compreender as origens e configurações do turismo no espaço rural da região do Minho, importante zona geográfica portuguesa, onde a agricultura se faz presente como a principal atividade

econômica e que passa por constantes crises no seu principal produto agrícola, a uva.

As atividades de campo dessa pesquisa foram desenvolvidas durante estágio de doutorado em Portugal, entre Outubro de 2007 e Janeiro de 2008; visou-se realizar uma pesquisa empírica, ou seja, contatos e entrevistas com os proprietários rurais que desenvolvem atividades turísticas em suas propriedades.

O objetivo era conhecer a dinâmica do Turismo no Espaço Rural (TER) de Portugal e compreender as percepções de alguns proprietários rurais sobre o turismo, em suas propriedades. Tratou-se, portanto, de um levantamento bibliográfico e de trabalho de campo, no sentido de registrar passagens textuais encontradas em documentos impressos e nas idas a campo, no contato e entrevistas com os proprietários rurais portugueses.

Nesse sentido, a coleta de dados foi composta, basicamente, de duas etapas: a fase inicial consistiu em um levantamento de fontes documentais e na pesquisa bibliográfica; a outra, na aplicação de entrevistas com os produtores rurais, sendo dez em Ponte de Lima e cinco em Guimarães

Na primeira etapa, buscou-se o máximo de informações e documentações referentes às pesquisas já desenvolvidas sobre o turismo, no espaço rural português. Na segunda etapa, realizou-se a aplicação do plano de entrevistas com os produtores rurais que desenvolvem a atividade turística em suas propriedades, junto aos Concelhos de Ponte de Lima, Distrito de Viana do Castelo e Guimarães, Distrito de Braga, ambos localizados na Região do Minho, Norte de Portugal.

## **A REGIÃO DO MINHO**

Geograficamente, a Região do Minho limita-se, a Norte e Nordeste, com a Espanha, através das Províncias de Pontevedra e Ourense, na Galícia; a Leste, com o Distrito de Vila Real; ao Sul, com o Distrito do Porto e, a Oeste, com o Oceano Atlântico. É parte do denominado Norte português e para fins

estatísticos ou de planejamento, engloba, ainda, parte dos Distritos de Vila Real e Porto.

A Região do Minho (Mapa 1) é formada pelo Distrito de Viana do Castelo e pelo Distrito de Braga que juntos, representam a área mais importante para as práticas das atividades do TER português. Nesses dois distritos, localizam-se Ponte de Lima e Guimarães, que foram escolhidas como objeto de estudo de nossa pesquisa.

Segundo Feio e Deveou (2004), o relevo do Noroeste de Portugal, aqui entendido como região do Minho, apresenta particularidades que o diferenciam de outras regiões do país, mesmo possuindo uma pequena dimensão territorial. Sua característica principal é a fragmentação do relevo, onde é difícil a reconstituição dos níveis de aplainamento e as escarpas de origem tectônica, que se iniciam nas montanhas mais ocidentais das regiões de Trás-Os-Montes e Norte da Beira, tornando-se mais evidentes na região deste estudo.

Outra característica importante, na região de estudo, reside na forma dos vales. Diferentemente da Região do Douro, mais ao sul, onde os vales são profundamente mais encaixados na orla atlântica, os vales do Minho se caracterizam por correrem quase ao rés do solo, em vales de fundo plano e largo, conservando, porém, as vertentes abruptas.

Do ponto de vista climatológico, a região do Minho forma, com as outras regiões portuguesas, um conjunto climático regulado por duas células distintas, uma sob influência do Atlântico, outra sob influência do Mediterrâneo, tendo como divisor natural a denominada Cordilheira Central (Ribeiro, 1998), onde se localiza a Serra da Estrela, importante atrativo natural e turístico de Portugal. Influenciado pelo oceano e pela região serrana no seu rebordo oriental, o clima minhoto é predominantemente mais chuvoso e úmido, sendo que a duração do Verão sem chuvas é curta ao ponto de, em certos anos, desaparecer por completo, esse verão seco.

Ribeiro, em 1947, quando da primeira edição do seu livro “Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico”, que se encontra na sétima edição, caracterizava o Minho como uma região de intensas atividades de pecuária; essa atividade

econômica praticamente desapareceu, predominando uma policultura, principalmente nas pequenas fazendas, típicas da região.

Para Mattoso, Deveau e Belo, o que caracteriza o Minho

“...é a população densa, a possibilidade de aproveitamento do solo pela agricultura intensiva, o valor atribuído à reprodução dos homens, animais e plantas, a precoce implantação senhorial, a fácil comunicação com outras áreas e a capacidade de renovação constante” (MATTOSO, DEVEAU, BELO, 1997, p. 58).

Esse conjunto de fatores, apontados pelos autores, expressa uma realidade do Norte português, que o tornou conhecido e admirado por muitos anos, criando uma singularidade territorial em relações às outras áreas de Portugal, e, dentro dessa singularidade, foram escolhidos dois Concelhos que pudessem melhor representar o turismo no espaço rural minhoto: Guimarães e Ponte de Lima. O primeiro, pela sua origem na formação portuguesa; o segundo, por ser o berço do TER, em Portugal.

## **O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL MINHOTO**

A origem do turismo rural, no espaço português, remonta à própria configuração espacial portuguesa. Desde a Idade Média assistimos, na região denominada Minho, um constante fluxo de turismo provocado, principalmente, por peregrinos que se dirigiam a Santiago de Compostela (Espanha), realizando pousos e paragens na região. Mas é com o avanço do Século XVIII que a frequência dos estratos superiores da pirâmide social passam a frequentar as termas portuguesas, aumentando-as em número de estabelecimentos e de frequentadores.

Durante a segunda metade do Século XIX, outros tipos de turismo começam a despontar, ampliando o interesse de freqüentadores em áreas à beira-mar e em locais mais amenos do interior. São os chamados termalismo e o climatismo.

Surge, em 1911, o primeiro órgão oficial dedicado exclusivamente ao turismo (Repartição do Turismo). Durante esse período e as décadas

seguintes, o turismo português assiste a um bom crescimento do setor, sendo, entretanto, um crescimento relativamente pequeno, no contexto europeu. Esse fluxo de crescimento constante chega ao fim no ano de 1973, por uma série de fatores, tais como a imagem de instabilidade política do país, associada aos acontecimentos da Revolução do Cravos, a crise do petróleo nos países emergentes e outros, que contribuíram para a sua redução.

Em 1978, o Ministério do Comércio e Turismo publica o Decreto Regulamentar N. 14/78, que regulamentaria a classificação e o funcionamento dos meios complementares de alojamentos turísticos, possibilitando o uso de alojamentos particulares, onde se incluíam quartos particulares, moradias e apartamentos para a finalidade turística. Tal fato, foi de fundamental importância para a inserção do TER sendo que, ano seguinte, a região de Ponte de Lima receberia os primeiros turistas em suas propriedades rurais.

No século passado, na década dos anos 80, criou-se uma política de incentivos financeiros aos investimentos em unidades consideradas de interesse turístico, surgindo, em 1982, novos investimentos de relevância turística (SIIT), por meio do Fundo de Turismo, visando expandir essa atividade no quadro da economia nacional. Para Godinho (2004):

“Em Portugal, o fenómeno do TER andou um pouco ao contrário do resto da Europa. A sua implantação iniciou-se em meados dos anos 80, mas por casas com algum porte, alguma traça, baseado provavelmente no critério de reabilitação patrimonial, aproveitando as vantagens dos primeiros fluxos financeiros comunitários”. (GODINHO, 2004, p.91).

Ainda nessa década surge, em 1986, o primeiro Plano Nacional de Turismo (PNT), estabelecendo-se zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo, incluindo, entre outras, o fomento do agroturismo e o do turismo de habitação em zonas rurais, o incremento do turismo interno e o do turismo social. Pode-se dizer, então, que o TER português surge na década dos anos oitenta.

Na década seguinte, o SIIT ganhava novos reforços financeiros, persistindo o reconhecimento do papel do turismo na modernização das

estruturas produtivas, tanto nacionais como regionais, geralmente financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural (FEDER).

Na atualidade, Portugal vem-se reconfigurando territorialmente, acompanhando as tendências de mudanças que também atingem toda a União Européia, mudanças sentidas nos âmbitos, econômicos, sociais e culturais. Essas mudanças podem ser observadas, entre outros aspectos, nas transformações territoriais, impulsionadas pelo turismo. Segundo Pereira (2007),

“...o turismo termal está em perda face à afirmação do sol e praia. O lançamento internacional do Algarve é a grande aposta, mas emergem novos projectos (Tróia). O aumento do lazer e do turismo gera grandes pressões sobre o território. Os aldeamentos turísticos e a multiplicação da segunda residência provocam uma forte pressão sobre a orla costeira, mas também nas áreas protegidas, albufeiras e espaço rural. O turismo é eleito como sector estratégico da economia, diversificando os produtos e os territórios turísticos”. (PEREIRA, 2007. p.13).

De acordo com Martins (2004), as estruturas espaciais que sustentam o turismo, principalmente o do noroeste de Portugal, resultam, normalmente, de um processo de crescimento espontâneo, tantas vezes marginal a princípios integrados de ordenamento do território. Afirmando que:

“Ao longo do século XX, foram encontradas renovadas motivações que reforçaram a capacidade de atracção da área e, inclusivamente, a permanência de visitantes nacionais, facto que a dinâmica do mercado imobiliário comprova. Intensificam-se assim, os movimentos iniciados na procura dos espaços de lazer em direcção ao campo, à praia ou às termas, bem como a feiras anuais, festas e romarias, que remontam mesmo a um período anterior ao aparecimento do comboio” (MARTINS, 2004, p.118).

Nesse sentido, o turismo no espaço rural ganhou, ao longo das últimas décadas, uma maior importância junto aos órgãos oficiais de fomento e incentivo ao turismo. Acredita-se que essa expansão é fruto da pressão que as propriedades rurais e a sociedade vêm exercendo sobre o Governo. Entretanto, essa importância citada ainda não contribuiu no sentido de alavancar o desenvolvimento local que, há anos, essas regiões envolvidas com o Turismo no Espaço Rural necessitam.

Na Região do Minho, praticamente, predomina o turismo de habitação. Nessa concepção, Ponte de Lima predomina, na paisagem nacional, como o principal centro do turismo no espaço rural. Entretanto, esse tipo de turismo ocorre, praticamente, em toda a região.

Nesse sentido, optou-se por pesquisar dois lugares do Minho, escolhendo-se os Concelhos de Guimarães e Ponte de Lima. Na escolha desses lugares foram consideradas a distância e também a facilidade de acesso, devido à abundância de oferta dessa actividade turística, e por serem, hoje as principais referências ao turismo, no espaço rural em Portugal.

## **RESULTADOS**

Ao se abordar o turismo na região, bem como em todo o país, encontrou-se a Associação de Turismo de Habitação – TURIHAB, entidade que agrega a maioria dos proprietários rurais envolvidos com o turismo no espaço rural, como gestora e coordenadora não oficial dessas atividades turísticas ligadas ao campo, mas que vem possibilitando a concretização do turismo rural, em todo o território português.

Em Portugal, a TURIHAB é a responsável pela dinâmica e pela genuinidade do Turismo de Habitação, Agroturismo e Turismo Rural, certificando a qualidade da oferta e de seus associados<sup>5</sup>. Seguem as leis nacionais estabelecidas por Lisboa e descritas nos itens anteriores.

A TURIHAB, de uma associação de proprietários rurais tornou-se uma pessoa jurídica e, hoje, é a detentora da marca Solares de Portugal, congregando 96 casas associadas, classificadas em Casas Antigas, Quintas e Herdades e Casas Rústicas, destacando-se três categorias de preços: Categoria A – constituídos por casas mais imponentes, quer pela grandeza, quer pela decoração interna e externa. Categoria B – assemelham-se à categoria anterior, mas de menores dimensões. Categoria C – são essencialmente casas rústicas ou quintas adaptadas para o turismo, com todo o conforto.

---

<sup>5</sup> Consulte o site: [www.turihab.pt](http://www.turihab.pt), para maiores informações.

A associação nasceu de uma proposta conjunta de proprietários rurais da região do Conselho de Ponte de Lima, em 1983, que reconheceram que o Turismo no Espaço Rural era um importante contributo no desenvolvimento da Região. Surgiu da necessidade de se formar uma cooperativa que defendesse seus interesses comuns. Durante todo esse tempo, a associação se expandiu e se tornou, como já foi citado, uma das responsáveis pelo estímulo e incentivo ao turismo no espaço rural.

Para uma melhor compreensão do funcionamento dessa associação, o pesquisador esteve presente em sua sede, localizada em Ponte de Lima, em Novembro de 2007, para uma entrevista previamente marcada com o atual presidente e também proprietário rural.

Nessa entrevista, procuraram-se identificar alguns pontos relevantes, que pudessem contribuir para a pesquisa e, ao mesmo tempo, nortear o interesse em compreender esse tipo de turismo, delineando alguns pontos sobre sua efetiva participação no processo de desenvolvimento local.

Indagado sobre o surgimento do TER, nas propriedades rurais do Concelho de Ponte de Lima, o presidente afirmou que o turismo, na região, surgiu de uma parceria entre os proprietários rurais e o Governo Português que, na década de oitenta do século XX, buscava desenvolver algumas regiões estagnadas economicamente, em todo o território português.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que esse interesse do Governo local coincidiu com o Programa LEADER II, um conjunto de ações previstas pela Comunidade Européia para incentivar o desenvolvimento local, em várias regiões, e que possibilitou uma política estatal de incentivos ao turismo no espaço rural, entre outros.

De acordo com Cavaco (1999),

“Paralelamente, observa-se a população de certos tipos, em particular com apoio financeiro de subvenções globais de desenvolvimento local, como no programa LEADER: reconversão de casas para o turismo em espaço rural ou então, para o turismo de aldeia, em particular em aldeias históricas e nos centros rurais, e de casas de campo, os novos serviços de hospedagem oficialmente reconhecidos sendo bem mais flexíveis em termos de exploração”. (Cavaco, 1999. p. 298).

A reconversão de casas para o turismo com o apoio financeiro foi presenciada, na entrevista do Presidente da TURIHAB e também nas entrevistas de alguns proprietários visitados, justificando que a política nacional para o turismo no espaço rural estava agregada a empréstimos realizados juntos a instituições financeiras, que destinaram uma linha de crédito para essa finalidade.

De acordo com o presidente, o turismo de habitação foi a forma encontrada, na região, para o desenvolvimento do turismo. Tal fato ocorreu em meados da década de 80, do século XX e a principal animação turística estava associada ao golfe, ao hipismo, a festas e eventos locais. Tais atividades, no entanto, tiveram, como público inicial, os ingleses, que tinham como objetivo visitar e conhecer essa tradicional região portuguesa.

O grande desafio para o turismo local foi promover a região. Porém, tal fato veio com a qualificação e certificação das propriedades, quando foram criado os Solares de Portugal, em 1993; isso possibilitou a criação da Central de Reservas, no ano 2000, que dinamizou a comercialização de reservas e a regularização dos pagamentos às propriedades associadas.

Questionado sobre como os proprietários perceberam a incorporação do turismo em suas propriedades, obteve-se como resposta que havia uma grande resistência inicial, provavelmente fruto do desconhecimento sobre o turismo no espaço rural. Foi argumentado ainda que muitos proprietários rurais acreditavam que iriam perder a privacidade e a intimidade familiar se alojassem os turistas em suas propriedades, mas descobriram, com o tempo, que o turismo poderia trazer vantagens, principalmente econômicas. Criou-se um certo posicionamento comum entre os proprietários, pois vários procuraram melhorar ou se preocupar mais com as propriedades, trazendo-as mais arrumadas, limpas e bem cuidadas.

Um outro argumento questionado foi a participação familiar nas propriedades rurais. Segundo o Presidente, a participação da família no TER está ligada a um ou mais membros familiares; portanto, a natureza familiar está presente, e isso favorece também o profissionalismo, que se faz necessário

para atender os turistas. Normalmente essas atividades estão ligadas com as atividades da casa e da propriedade.

Com relação à contribuição da TURIHAB, para a expansão do TER na região obteve-se como resposta que a associação tem expandido, ao longo de sua existência, o turismo rural, não só na Região de Ponte de Lima, mas em todo o Portugal, investindo maciçamente num marketing pendular e permanente, idealizando vários eventos ao longo dos anos e também na obtenção de parcerias e assinaturas de protocolos com várias instituições, tendo recebido, em 1990, o prêmio do Ano Europeu de Turismo e, em 1995, a medalha de ouro do Mérito Turístico e o prêmio Europeu de Turismo e Ambiente.

Objetivando compreender as atividades turísticas que ocorre na região de estudo, foram visitadas dez propriedades rurais do Concelho de Ponte de Lima e cinco no Concelho de Guimarães, entre os meses de Novembro de 2007 e Janeiro de 2008. As visitas se realizavam com um agendamento prévio com o proprietário ou responsável, todas previamente consultadas pela TURIHAB.

Um dos problemas apresentados para a entrevista foi a dificuldade em encontrar alguns proprietários em suas residências, pois a baixa hospedagem, nessa época do ano, faz com que algumas propriedades fiquem fechadas para as férias ou para reformas internas. Outro fator ponderante a se considerar é o processo de deslocamento do autor da pesquisa, dificultado pela ausência de veículo próprio e também pelas condições climáticas, nos dias das entrevistas.

Nos dias das visitas, procurou-se conhecer a realidade local da atividade turística, em cada propriedade, ao mesmo tempo em que se observava a infraestrutura interna, sua composição e estruturação. Nas visitas, não se contactou nenhum hóspede algum, pois nessa época do ano, devido ao frio intenso e às constantes chuvas na região, e também às comemorações natalícias, praticamente não se têm reservas de hospedagem.

Buscou-se estabelecer um contato com os proprietários, visando a uma entrevista informal. Normalmente, a duração das visitas e entrevistas duravam entre uma e três horas, em cada propriedade. Analisou-se o dia-a-dia

da propriedade e sua rotina. Em várias visitas encontraram-se os proprietários ou empregados a trabalhar na lida diária. Essa época do ano, onde a temporada de visitas é muito baixa, os proprietários rurais destinam a realizar grandes ou pequenas reformas e reparos nas estruturas das construções.

A escolha das principais propriedades rurais visitadas deve-se à localização, ao acesso, à disponibilidade de se conversar com o proprietário, ao horário de funcionamento e também à classificação turística estabelecida pela TURIAHAB.

Das quinze propriedades rurais visitadas, apenas cinco não possuem alguma participação familiar. Esse fenômeno se justifica pelo fato de a família não se interessar por essa atividade, ficando a cargo do proprietário todo o seu processo administrativo, contanto com a ajuda de funcionários.

Em relação ao número de funcionários contratados, em média é de dois por propriedade, mas esse número pode dobrar, em função da atividade agrícola que existe no local, e também da denominada alta temporada, entre Maio e Outubro, sendo boa parte moradores da própria região, que trabalham em regime de trabalho por dia.

Nas propriedades visitadas, os atrativos se mostraram bastante diversificados e complexos, predominando, como atrativo principal, as imponentes residências, com sua arquitetura histórica e sua natureza exuberante. Algumas ainda se destacam pelo conjunto de serviços agregados que possuem e oferecem aos hóspedes, muitas vezes serviços não característicos ao meio rural como, por exemplo, piscinas, saunas, mini-academias e outras atividades desportivas.

Em todas as propriedades visitadas, um grande atrativo à parte é a riqueza do mobiliário particular de cada lugar, que representa não apenas uma mobília de uso familiar, mas um rico acervo histórico e patrimonial de várias gerações de cada família e constitui a própria história do país, muitos datados do século XVI ao século XIX.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução do turismo, em Portugal, foi fortemente condicionada pela intervenção do Estado, tanto em escala central como local. Com a intensificação do turismo mundial, anos 50 e 60 do século XX, principalmente o mediterrâneo, Portugal passa a ser envolvido com a turistificação do seu espaço, inicialmente pelo turismo de sol e praia, para posteriormente, na década de 80 do século passado, envolver-se com o turismo no espaço rural.

Os produtores locais têm vivido dias de baixas expectativas com a atual política agrícola portuguesa que, por sua vez, está agregada à Política Agrícola Comum (PAC) da União Européia. Viram sua principal fonte de renda, a vinicultura, entrar em crise e sem perspectivas de melhorias, principalmente com a redução dos subsídios agrícolas.

Tem-se observado que ocorre, em quase toda a região do Minho, uma elevação da taxa de desemprego e, ao mesmo tempo, uma redução da taxa de ocupação das casas. Acredita-se que existe uma relação direta entre os dois fatores, mas a ineficiência do setor de turismo não pode ser apontado como único fator preponderante para justificar essa elevação do desemprego, uma vez que é um fenômeno comum em todo o Portugal e também em toda a Europa.

Por ser uma região mais agrícola, o Concelho de Ponte de Lima, que vive do turismo e da vinicultura, não tem conseguido estimular o aumento do fluxo turístico para a região, principalmente por não ter uma política pública eficaz que divulgue esse setor, faltando também uma maior sincronia entre a Câmara Municipal e a Associação dos Proprietários do Turismo de Habitação, o que vem gerando um descompasso entre os dois órgãos e, conseqüentemente, prejudicando o turismo local.

O Concelho de Guimarães é uma região mais industrial, quando se compara com o Concelho de Ponte de Lima, o que caracteriza o TER como menos expressivo, por se tratar de um local onde os visitantes ou turistas permanecem poucas horas, visitando o sítio histórico de Guimarães, patrimônio

da humanidade e preferindo pernoitar na cidade do Porto, distante a 50km, ou em Braga, a 25 km.

Pode-se afirmar que a prática turística, na região do Minho, é fortemente influenciada por hábitos e costumes familiares tradicionais, que representam um retorno ao estilo de vida rural vivenciado pelos seus antepassados, uma vez que grande parte dessas propriedades rurais ainda preservam suas características originais.

De maneira difusa e menos densa, vem ocorrendo uma revalorização do espaço rural como espaço de lazer e de turismo, áreas até então fortemente caracterizadas por êxodos agrícolas e rurais.

Em síntese, as propriedades rurais envolvidas com o TER vêm vivenciando mudanças em suas práticas turísticas que podem ser traduzidas nas mudanças de hábito, em nível familiar; na emancipação econômica da mulher; no envelhecimento da população e seu turismo sênior preocupado com a saúde, a qualidade de vida e lazer; o que tem gerado uma maior diversificação e complexidade turística, em todo o país.

Por último, pode-se apontar que ocorreu uma inversão econômica na região; hoje, o Minho, bem como o Norte, de maneira geral se tornou-se a região mais pobre de Portugal, inversamente ao que se esperava quando o turismo no espaço rural chegou ao Concelho de Ponte de Lima e Guimarães. Esses dois Concelhos vêm sofrendo com a falta de uma política pública que alavanque esses espaços e volte a valorizar e dinamizar os seus produtos turísticos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, A. C. **Guimarães**. Porto: Caminhos Romanos Ed., 2007.

CAVACO, C. O turismo e as novas dinâmicas territoriais. In. MEDEIROS, C. A. (Coord.) **Geografia de Portugal. Vol. 3**, actividades económicas e espaço geográfico. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

\_\_\_\_\_. O turismo rural nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal. In: CAVACO, C. (Org.) **Desenvolvimento rural desafio e utopia.** Estudos para o planejamento regional e urbano. N. 50. Lisboa: UL/CEG, 1999.

FEIO, M.; DAVEAU, S. (Org.) **O relevo de Portugal:** grandes unidades regionais. Coimbra: Associação Portuguesa de Geomorfólogos, 2004.

GODINHO, C. O turismo em espaço rural (TER) em Portugal: problemas e desafios para o futuro. **Revista Turismo & Desenvolvimento.** Aveiro, vol. 1, n.1, p. 91-93, mar 2004.

MARTINS, L. G. **Espaços de lazer e de turismo no Noroeste de Portugal.** Porto: Edições Afrontamento, 2004.

MATTOSO, J.; DAVEAU, S.; BELO, D. **Portugal:** o sabor da terra. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997.

MOREIRA, F. J. **O turismo em espaço rural:** enquadramento e expressão geográfica no território português. Centro de Estudos Geográficos, estudos gerais, B8. Lisboa: CEG, 1994.

PEREIRA, M. Portugal – trinta anos de mudança, reconfigurações territoriais, processos e protagonistas. **Seminário Internacional – Portugal: desafios num território em mudança.** Lisboa, UL/CEG, 2007.

PORTUGAL. **Direcção Geral do Turismo. Guia Oficial 2006 do Turismo no Espaço Rural.** Lisboa: DGT, 2006.

REIS, A. M. **Ponte de Lima no tempo e no espaço.** Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2000.

RIBEIRO, J. Cadima. **O Minho**: base económica e modelo de desenvolvimento. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Economia e Gestão, 1987.

\_\_\_\_\_. **Turismo no espaço rural em Portugal**: um apontamento introdutório. Braga: Universidade do Minho, 1991b.

RIBEIRO, O. **Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico**: esboço de relações geográficas. 7ª ed. rev. e ampliada. Lisboa. Livraria Sá da Costa Editora, 1998.

TRIGAL, L. L. Mudanzas en Portugal, en el contexto de la Península Ibérica. **Seminário Internacional – Portugal: desafios num território em mudança**. Lisboa, UL/CEG, 2007.

TURIHAB – Associação do Turismo de Habitação. **Solares de Portugal**: a qualidade ao serviço da tradição. Ponte de Lima: TURIHAB, 2006.